CLIPPING INTERNET

24/07/2022 ATÉ 24/07/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CNJ
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1 2
2 DESEMBARGADOR
2.1 SITE O MARANHENSE..... 3

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
24/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Acervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digital

Acervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digital

23/07/2022 21:05:00

Vem do Maranhão a história de uma escrava africana que, por meio de seu trabalho, conseguiu sua liberdade e alcançou relevância na sociedade do século XIX. Dona de um grande comércio, Catharina Rosa Ferreira de Jesus - conhecida como Catharina Mina - é personagem popular na cultura maranhense. Deixou seu testamento registrado em cartório local, distribuindo seus bens a afilhados e concedendo a alforria para os 24 escravos que trabalhavam para ela no ano de sua morte, em 1886.

O inventário e outros documentos do período escravocrata, fazem parte do acervo documental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que está na fase final de implantação do repositório digital de seu acervo histórico. A documentação de natureza histórica, que estava dispersa por todo o estado, passou a ser centralizada em São Luís a partir de 2009, para receber tratamento arquivístico: identificar, catalogar e digitalizar, antes de ser disponibilizado para consulta pública.

Segundo o coordenador de Arquivo e Gestão Documental do TJMA, Christofferson Melo, o Programa de Gestão Documental do tribunal atua em diversas frentes, além do tratamento do acervo histórico. "Nós somos o terceiro tribunal mais antigo do país e temos um dos acervos processuais antigos, de antes de 1970, mais robustos do Judiciário brasileiro."

As atividades arquivísticas do Judiciário maranhense caminharam juntamente com a criação do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta forma, a profissionalização do trabalho documental acompanhou, adaptou e construiu sua política no mesmo ritmo das diretrizes nacionais. "Definimos políticas para resolver a situação do tratamento do acervo do tribunal. Mas o normativo do CNJ foi importante para nortear o trabalho", afirmou Christofferson Melo.

Além da história de Catharina Mina, contada a partir do registro de seu testamento, que data de 29 de junho de 1886, o arquivo do TJMA guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos dede o período colonial. São materiais de várias comarcas maranhenses, como São Luís, Alcântara, Caxias, Icatú, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. O documento mais antigo do acervo é de 1719.

Um levantamento preliminar de toda a documentação no acervo histórico identificou materiais em 36 fundos ou comarcas, incluindo nos estados do Pará, Piauí e Ceará, e quantificou um total aproximado de 60 mil documentos. Entre essas peças restauradas, estão o Livro de Registro de Notas da comarca de Viana, do século XVIII, que aponta a presença de índios nos registros da antiga aldeia de Maracu, e o Regimento da Relação do Maranhão, de 1813, documento de nascimento do TJMA.

Criado em 1811, a Relação do Maranhão apresentava diferenças em relação às já existentes Relação da Bahia (instituída em 1609) e do Rio de Janeiro (de 1751) - essa última, reconhecida como precursora do Supremo Tribunal Federal (STF), foi transformada na Casa da Suplicação do Brasil em 1808, com a transferência da Corte portuguesa. A Relação do Maranhão deveria interpor agravos ordinários e apelações para a Casa de Suplicação de Lisboa, conforme determinado no alvará de 6 de maio de 1809, que incluía também as ilhas de

Açores, Madeira e Porto Santo, além do Pará.

A Relação do Maranhão exercia jurisdição sobre as comarcas do Maranhão, Pará e Rio Negro, desmembradas de Lisboa, além de Piauí e Ceará Grande, separadas do distrito da Relação da Bahia. O órgão era composto pelo governador e capitão-general da província de Pernambuco, na função de presidente, um chanceler, nove desembargadores, além de alguns oficiais, que tinham atribuições para agravos e apelações cíveis e criminais, ouvidoria, justificações ultramarinas, despesas, feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, aposentadoria-mor, almotaçaria-mor, procuradoria da Coroa, Fazenda e e Fisco e promotoria de justiça.

Gestão documental

Para ampliar o acesso aos documentos, de forma a popularizar e democratizar um conjunto de dados para o desenvolvimento da história e memória do estado, o planejamento estratégico do arquivo está voltado para ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos. Para atingir esses objetivos, o TJMA está adotando soluções digitais, elaborando instrumentos específicos para unidades de primeiro e segundo grau de jurisdição, aperfeiçoar ferramentas de diagnóstico dos acervos, entre outras ações.

Desde 2010, o Programa de Gestão Documental passou a recolher o acervo histórico das comarcas do estado. Esse trabalho foi mantido mesmo durante o período da pandemia da Covid-19, quando foram recolhidos o acervo de sete comarcas e encaminhado para tratamento. "Temos realidades distintas no Maranhão. A comarca mais distante da capital fica a 14 horas de viagem, o que dificulta o trabalho de coleta, mas justifica sua diversidade", explicou Christofferson Melo.

Vencedor da 1ª edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, na categoria Patrimônio Cultural Arquivístico, o programa do TJMA desenvolve um trabalho colaborativo, com equipe interdisciplinar. O acervo foi centralizado em São Luís, com estrutura física adequada para recebimento, tratamento e guarda do material histórico.

Para isso, foi feita uma reforma na área de arquivos, que custou cerca de R$ 1,5 milhão, com a criação de um laboratório de restauro e digitalização. Foram adquiridos equipamentos especializados, estabelecida a climatização completa do arquivo - com controle de temperatura e umidade 24 horas por dia - e instaladas placas de energia solar para permitir a economicidade do projeto. Também foi criada uma sala audiovisual para atender ao público.

O TJMA estabeleceu três acervos centrais na capital e um em cada comarca, onde são produzidos catálogos de documentos manuscritos. Cada catálogo leva de três a quatro anos para ser produzido, dada a complexidade do tratamento. "É preciso pegar o documento, identificar do que se trata, datar, concentrar os metadados e digitalizar, para poder incluir no repositório digital", contou Melo. Atualmente, estão sendo preparados os catálogos das comarcas de Viana e Guimarães.

Também foram definidas as tabelas de temporalidade, para eliminação do material que não precisa ficar sob guarda. Apenas durante a pandemia, foram eliminados mais de 352 mil processos com tempo de guarda extrapolado. Além disso, foram digitalizadas mais de 2,5 milhões de imagens históricas que serão indexadas ao repositório digital AtoM (Access to Memory), que é uma aplicação open source baseada na web para descrições arquivísticas.

Para Christofferson Melo, o prêmio do CNJ trouxe ainda mais responsabilidade e mostra a importância da gestão documental no Judiciário. "É um trabalho que leva tempo para ser feito com qualidade, que não pode perder sua essência com a velocidade. Mas já temos um acervo que agora pode ser disponibilizado para o

público, que pode pesquisar sobre a história do estado, questões genealógicas e até do desenvolvimento do Judiciário, de forma virtual ou presencial. Temos o poder e o dever de ofertar o melhor acesso à sociedade."

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
24/07/2022 - SITE O MARANHENSE
NEUTRA
CNJ abre consulta pública sobre Metas do Judiciário para 2023

CNJ abre consulta pública sobre Metas do Judiciário para 2023

23/07/2022 23:00:00

O Conselho Nacional de Justiça abriu nesta sexta, 22 de julho, consulta pública para receber sugestões da sociedade sobre o que deve ser priorizado pelos tribunais brasileiros em 2023. O formulário (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdmi-OO81Pn4mEEvqu98ih3D6beIyjhmd42hGNB15WFVfULww/viewform) estará disponível até 3 de agosto.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso firmado anualmente pelos presidentes dos tribunais brasileiros em prol da melhoria da prestação jurisdicional. É por meio delas também que ocorre o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, uma vez que busca aprimorar os resultados dos indicadores de desempenho dos Macrodesafios definidos na Estratégia Nacional.

O formulário permite sugestão de metas nos 5 ramos de Justiça (estadual, federal, trabalho, eleitoral e militar) e também para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) - em questionário único ou por segmentos. A intenção é conhecer os desafios da Justiça considerados mais urgentes pelo cidadão brasileiro e superá-los.

O CNJ realiza a consulta pública sobre as Metas para o Judiciário desde 2017 e a realização da pesquisa pública para a definição das metas atende à Resolução CNJ 221/2016, que instituiu princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

Os resultados da consulta pública são analisados, consolidados pelo CNJ de acordo com critérios técnicos, considerando a pertinência e a viabilidade das sugestões. Após essa análise, é elaborada a proposta final de Metas Nacionais, que é submetida à aprovação dos órgãos do Judiciário durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Corregedoria instala projeto Justiça de Todos em Aldeias Altas

24/07/2022 04:04:00

Os 27 mil habitantes de Aldeias Altas passaram a contar, nessa quinta-feira (21), com um canal direto de comunicação com o Fórum da Comarca de Caxias, garantido por meio da instalação de uma sala de videoconferência do projeto Justiça de Todos, que objetiva ampliar o acesso ao Judiciário às pessoas residentes nos municípios termos judiciários que não possuem estrutura forense.

A iniciativa, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão em parceria com a Prefeitura Municipal de Aldeias Altas, foi viabilizada por meio de Cooperação Técnica instituída pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho e o prefeito Kedson Araújo Lima, representando os poderes Judiciário do Maranhão e Executivo Municipal.

A sala de videoconferência foi instalada no prédio onde funciona a Secretaria Municipal da Mulher, localizada na Avenida Alderico Machado, s/n.º, próximo ao Centro de Convivência, centro da Cidade.

A solenidade contou com a presença do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, natural de Caxias, que ressaltou a integração dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo para implementação do projeto em Aldeias Altas, a oitava cidade a receber o Justiça de Todos, que alcançará todos os municípios do Maranhão que não são sede de comarcas. "O nosso sentimento é de alegria, pois a população tem o acesso garantido para participar não apenas de audiências, mas obter informações processuais e todos os serviços disponíveis no Balcão Virtual do Poder Judiciário do Maranhão", ressaltou.

Jamil Gedeon também informou que vai solicitar à Corregedoria da Justiça, a realização de uma edição do projeto Casamentos Comunitários em Aldeias Altas.

O corregedor Froz Sobrinho parabenizou a administração municipal pela escolha do local para instalação da sala, a Secretaria Municipal da Mulher, lugar simbólico e com excelente estrutura e espaço. Também reafirmou os termos da parceria em que o Município cede o local, a internet e um colaborador, que é treinado pela Corregedoria da Justiça para operar o sistema do Judiciário e garantir atendimento ao público. "O nosso projeto só é possível porque conseguimos a parceria do Executivo local por meio de cooperação, com o único objetivo de eliminar distâncias e fazer cumprir o princípio constitucional do acesso irrestrito à Justiça", finalizou.

O desembargador também agradeceu à juíza Tereza Nina, idealizadora do projeto e coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, pelo trabalho desenvolvido e fazer o Justiça de Todos virar realidade em vários municípios do Maranhão.

O prefeito Kedson Lima relembrou as tratativas para a efetivação do projeto e agradeceu ao procurador-geral do município, advogado Francisco Almeida Lima Neto, por iniciar as tratativas da parceria. "Em nome do povo de Aldeias Altas gostaria de agradecer ao Poder Judiciário por essa parceria que chega para melhorar a vida das pessoas, e tem nosso total apoio", afirmou.

O juiz Paulo Afonso Gomes, titular da 1ª Vara Criminal de Caxias, representando a Diretoria do Fórum de Caxias, lembrou que os gastos de ida e volta para Caxias são de no mínimo 52 reais, incluindo transporte e alimentação, valor que representa um impacto financeiro no orçamento das famílias do município. "Por isso, a população de Aldeias Altas está de parabéns, e saibam que nós juízes utilizaremos muito esse recurso para realização de audiências, júris, prestar informações e todos os serviços oferecidos pelo Fórum de Caxias. A partir de hoje, o comparecimento presencial ao fórum não é mais a regra, e sim exceção", avaliou.

Participaram da solenidade, as juízas Tereza Nina, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ; e Ticiany Gedeon Maciel Palácio, auxiliar da Corregedoria e responsável pelas Serventias Extrajudiciais; os juízes José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da Corregedoria; Jorge Antonio Sales Leite (2ª Vara Cível de Caxias); e Ailton Gutemberg Carvalho Lima (1ª Vara Cível de Caxias); a vereadora Fernanda Maria de Almeida Carvalho Bacelar, presidente da Câmara Municipal de Aldeias Altas; o procurador-geral da cidade, Francisco Almeida Lima Neto; a secretária da Mulher, Keila Xavier; secretários e demais autoridades do município.

TESTE DO SISTEMA

O corregedor Froz Sobrinho usou a sala de videoconferência, dessa vez, para despachar processos administrativos com uma assessora que estava no prédio sede da CGJ, em São Luís, cerca de 400 km de distância de Aldeias Altas. Assim, o desembargador demonstrou o funcionamento do sistema, comprovando sua eficiência para o uso no dia a dia, garantindo acesso remoto ao Fórum de Caxias pela população aldeias-altense.

Raimundo Nonato Silva, 65 anos, disse que espera utilizar a sala para participar da audiência em um processo ajuizado para contestar lançamentos de empréstimos consignados feitos por uma instituição bancária em seu benefício. "Estou ansioso e quero participar desse momento aqui da minha cidade", relatou Raimundo que é trabalhador rural aposentado.